

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.141 - MG (2019/0296186-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : CLAUDINEZ GUIMARAES DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : CLAUDINEZ GUIMARÃES DE OLIVEIRA - MG097300
BRUNA CARVALHO DE MAGALHAES - MG183724
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : THIAGO LIMA CAMINHAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THIAGO LIMA CAMINHAS contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.095114-5/000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 7/6/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática dos crimes descritos no art. 12, da Lei n. 10.826/2003 e art. 33 da Lei n. 11.343/2006 porque foi surpreendido por policias militares na posse de 505g de *crack*, momento em que tentou corromper os milicianos, oferecendo-lhes duas armas de fogo (e-STJ fl. 55).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, falta de fundamentação idônea e ausência dos requisitos da custódia cautelar previstos no art. 312 do CPP, bem como possuir o paciente condições pessoais favoráveis para responder solto à acusação, ainda que impostas medidas cautelares diversas (art. 319 do CPP) [e-STJ fl. 60]. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 59):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E CORRUPÇÃO ATIVA - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - ART. 310, II, C/C OS ARTS. 312 E 313, TODOS DO CPP - DECISÃO FUNDAMENTADA - GRAVIDADE CONCRETA E PROPENSÃO À PRÁTICA DELITIVA - RISCO À ORDEM

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA - WRIT DENEGADO. 1. A gravidade concreta do crime e a periculosidade revelada pelo modus operandi da conduta são motivos suficientes à custódia processual para garantia da ordem pública. 2. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes, ante a reiteração delitiva do paciente. 3. Denegado o habeas corpus.

Nas razões do presente *writ*, a defesa reafirma não haver fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva, complementando que o decreto prisional fez menção apenas às circunstâncias abstratas, distante de qualquer elemento concreto.

Argumenta, ademais, que as pessoas presentes no local do flagrante supostamente envolvidas no delito não foram conduzidas à delegacia, caracterizando parcialidade, arbitrariedade e perseguição por parte da polícia. Sublinha que o paciente possui endereço fixo em local diverso do ocorrido, e a suposta reincidência, por si só, não é requisito para a prisão preventiva.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente e, alternativamente, sua substituição por medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP ou, ainda, a prisão domiciliar.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de

Superior Tribunal de Justiça

urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu haver elementos suficientes para a segregação cautelar, motivo pelo qual denegou a ordem, como se verifica do trecho a seguir (e-STJ fl. 65, grifei):

(...)

Outrossim, verifica-se da CAC de ordem 09 que este não é o primeiro envolvimento do paciente na prática de ilícitos penais. Pelo contrário, ele já foi condenado pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e roubo majorado, por duas vezes (autos de n.º 1456012- 52.2014.8.13.0024, 7793788-23.2005.8.13.0024 e 2946316- 54.2010.8.13.0024), além de responder a uma ação penal pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para tal fim (autos de n.º 1364680-96.2017.8.13.0024).

Assim, tenho que seu comportamento pregresso não transfere a segurança de que, em liberdade, deixará de se envolver em outros ilícitos penais, restando justificado o sacrifício de sua liberdade individual para garantia da ordem pública.

Com efeito, "O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a reiteração de condutas criminosas, evidenciando inclinação à prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva para garantia da ordem pública" (HC 501.728/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 16/5/2019, DJe 30/5/2019).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para
parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

